PAULO PEREIRA DOS SANTOS

EVOLUÇÃO ECONÔMICA DO RIO GRANDE DO NORTE

(SÉCULO XVI ao XXI)

3ª EDIÇÃO - 2010

4 - O NEGRO COMO FORÇA DE TRABALHO

Quanto à chegada de negros na Capitania, tem-se notícia de que já em 09 de janeiro de 1600, a primeira sesmaria era concedida a João Rodrigues Colaço e este começava os trabalhos de roçaria empregando escravos vindos da Guiné. Era, portanto, o primeiro agricultor a fazer oficialmente benfeitorias no Rio Grande do Norte. Os documentos que falam da construção da Fortaleza dos Reis Magos, registram a presença do negro nesse trabalho de edificação. Significa dizer que, já em 1598, o negro escravo iniciava como força de trabalho na construção da economia da Capitania.

Vê-se assim que a presença do negro foi uma constante no processo produtivo do Rio Grande do Norte. De 1598 a 1888, o braço negro constituiu uma das alavancas para impulsionar o progresso norte-rio-grandense.

Ainda como não havia a indústria açucareira e as atividades econômicas compreendiam a criação de gado e plantações de milho, mandioca e feijão, a presença de escravos não se fazia necessária em grande número.

Com o funcionamento dos engenhos de Cunhaú e Ferreiro Torto, os escravos chegavam aqui em maior quantidade, e iam para esses locais trabalhar e, posteriormente, para os engenhos de cana-de-açúcar dos municípios de Ceará-Mirim, São José de Mipibu, Goianinha e Canguaretama. Todos os negros, que chegavam ao Rio Grande do Norte, eram procedentes de Pernambuco. A Capitania já começava aqui a sofrer sob o poderio monopolizador de Recife.

Mais tarde, os fazendeiros do sertão compravam os escravos para o trabalho das lavouras. Eram muitos os negros que fugiam do litoral e

iam para o interior, onde encontrados pelos fazendeiros passavam a ser escravizados. Geralmente, esses escravos tinham, por parte desses fazendeiros, um tratamento melhor para que assim não voltassem a fugir. Segundo Câmara Cascudo, os escravos, que iam para o sertão, viraram vaqueiros, cantadores aclamados e derrubadores de touros.

A produção de açúcar no Rio Grande, a partir do século XIX, elevou-se vertiginosamente, exigindo um maior número de escravos. Nesta época, vieram do Maranhão, em grande escala, negros africanos. Eles eram desembarcados em Mossoró, Areia Branca e Macau. A quantidade de negros procedentes do Maranhão era superior a dos negros vindos de Pernambuco. Para se ter uma ideia, em 1854, a exportação chegava a ordem de 80.749 arrobas de açúcar. Em 1859, subia para 350.000. Por isso, o número de escravos aumentava, à medida em que crescia a produção, e, conseqüentemente, a exportação.

a) O negro no litoral

Os escravos, também, penetraram pelo litoral norte do Estado, povoando várias praias e deixando o marco de sua raça negra na região. Muitos foram os negros alforriados que se fizeram pescadores e deles surgiram as primeiras colônias de pescadores do Rio Grande do Norte.

O distrito Caiçara de São Bento do Norte foi um antigo núcleo de negros, onde adotaram a pesca como atividade econômica para o seu sustento. Antes dos negros, esse local havia sido utilizado para a pesca, pelos índios, daí o nome de Caiçara, de origem tupi guarani. Nos nossos dias atuais, Caiçara ainda é uma importante área de pesca, onde existe um grande número de pescadores.

É interessante notar que, os negros alforriados do litoral, recorriam à pesca para sobreviverem. E os alforriados do interior recorriam à caça. Tanto o peixe como a caça eram vendidos por eles, a fim de conseguirem dinheiro para a compra de outros produtos de suas necessidades.

O primeiro local, utilizado pelo negro para a comercialização do seu peixe, foi o Canto do Mangue nas Rocas, segundo a afirmação de alguns historiadores potiguares. Pode-se dizer que, o Canto do Mangue, esse tradicional local para a venda de peixe até hoje, deve a sua origem ao negro.

No interior, os negros alforriados faziam seu comércio nas feiras livres das vilas, distritos e cidades.

b) Na Zona Oeste

Na área, onde hoje existem os municípios de José da Penha, Marcelino Vieira, Riacho de Santana, São Miguel, Dr. Severiano, Pau-dos-Ferros, Encanto, Água Nova, Francisco Dantas e Pilões, os escravos exerciam atividades agropastoris dessas terras.

Essa área, também, servia de abrigos para escravos, pela sua situação geográfica, que propiciava condições para os escravos se esconderem das perseguições dos seus "senhores". O Ceará, como se sabe, fez a libertação dos seus escravos mais cedo do que o Rio Grande do Norte, e esse local, também, servia de elo de ligação para os escravos que alcançassem a libertação definitiva.

c) O Número de escravos

Para se ter uma idéia do número de escravos no Rio Grande do Norte, em 1808, em Natal existiam 1.936 brancos, 2.836 mulatos e 1.127

negros. Em 1811, segundo dados estatísticos, a população da Província era um total de 49.250 habitantes, desse total 8.072 eram negros.

Na época, existiam entre a Capital da Província, cidades e distritos, doze povoações que apresentavam o seguinte número de escravos: "Natal, ... 1.252; cidade de Açu, 1.221; São José de Mipibu, 1.151; Apodi, 1.073; Extremoz, 876; Cidade do Príncipe, a atual Caicó, 871; Pau-dos-Ferros, 496; Goianinha, 391; Vila Flor, a atual Canguaretama, 384; Coité, a atual Macaíba, 130; Arês, 127; e, Portalegre, 100".[7]

Percebe-se que o maior número de negros se concentra naqueles povoados, onde eram áreas produtoras de cana-de-açúcar, como Natal, São José de Mipibu, Extremoz, com exceção de Açu, onde havia uma grande criação de gado e plantações de milho e feijão. Caicó, também, apresentava um razoável número de escravos, por ser o município um grande produtor de feijão, milho e algodão, naquela época.

No Rio Grande do Norte, em 1835, havia 12.363 negros, desse total, 6.116 eram escravos e 6.247 negros livres. Esse grande número de negros livres era resultado de uma campanha desenvolvida, aqui no Rio Grande do Norte, em favor da libertação dos escravos. É importante lembrar que, na época, grande número de escravos alforriados e fugitivos vinham das Províncias da Paraíba e de Pernambuco, e aqui permaneciam refugiados. Em 1844, o Rio Grande tinha uma população de 149.072 habitantes, apresentando uma população negra, entre escravos e não escravos de 23.467. Em 1855, esse número caia para 20.244 negros. Neste ano, por determinação do Imperador D. Pedro II, a estatística não citava os negros livres, para não mostrar o crescimento deles, a fim de não estimular ainda mais aqueles que defendiam a abolição do cativeiro.[8]

Na metade do século XIX, São José de Mipibu era o maior município do interior do Estado, chegando a ter 9.816 escravos. Já em

1884, esse número populacional caia para 822 escravos. Esse declínio foi reflexo da Campanha acionada, na cidade, em favor da abolição da escravidão. Com essa Campanha, Ceará-Mirim que tinha, na época, 3.000 escravos, caia para 1.126.

d) Escravos no Seridó

Viu-se que o povoamento do Seridó se iniciou nos meados do século XVII, quando chegavam àquela região pessoas provenientes de Pernambuco e da Paraíba. Essas pessoas sempre traziam consigo escravos.

Expulsos os holandeses do Rio Grande do Norte, foi reativada a penetração dos portugueses para a região do Seridó, aumentando assim o número de escravos que acompanhavam os povoadores.

Em 2 de fevereiro de 1670, eram requeridas as terras da Ribeira das Espinharas pelo Capitão-mor Antônio Oliveira Ledo, chegando aqui acompanhado dos seus irmãos, antes da chamada Guerra dos Bárbaros. Os municípios de Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas encontram-se hoje localizadas nessas terras. O Capitão-mor Oliveira Ledo localizou seus escravos no local, onde hoje é o município de Serra Negra.

O português João Alves dos Santos trouxe também consigo negros escravos, localizando-se nas terras, onde hoje existe a cidade de Ouro Branco. Esse português fez sua morada no Sítio Lages, dele originou-se a família Batista, que mais tarde deslocou-se para as terras, onde hoje encontra-se Timbaúba dos Batistas, perto da Província do Ceará.

Dois irmãos portugueses, Rodrigo e Sebastião, proprietários de escravos, colonizaram a Ribeira de Quipauá, hoje Rio Barra Nova, que corta a cidade de Caicó, sendo afluente do Açude Itans. Esses irmãos deram origem à árvore genealógica da família Medeiros. Do Seridó é uma das famílias mais numerosas.

Tomaz de Araújo Pereira é considerado o fundador da família Araújo Pereira no Seridó, senhor de muitos escravos. Há polêmicas sobre sua nacionalidade entre historiadores da região por não se saber exatamente se ele veio de Viana de Castela de Portugal ou teria nascido no Brasil, descendente de Amador de Araújo Pereira, que foi o tronco da família em Pernambuco.

Antônio Azevedo Maia, casado com Josefa de Almeida, era proprietário de escravos e instalou sua fazenda de criação de gado em terras do atual município de Jardim do Seridó. Desse casal surgiu a família Azevedo do Seridó.

São esses, alguns exemplos de povoadores que utilizaram a força de trabalho dos escravos no Sertão do Seridó.

Não há dúvida de que o escravo contribuiu, nas devidas proporções, com seu trabalho para a formação econômica do Rio Grande do Norte.

5 - O JUMENTO AMEAÇADO DE EXTINÇÃO

Não há registros históricos precisos sobre a origem dos jumentos. Existe uma versão, e a mais aceita, de que os jegues nordestinos têm sua ascendência dos norte-africanos.

A verdade é que no descobrimento do Brasil não foram encontrados jumentos nas suas terras. Há hipótese de que a primeira vinda deles tenha sido realizada por Martins Afonso de Souza em 1534, transportando-os das Ilhas da Madeira e das Canárias para São Vicente. Depois, em 1549, Tomé de Souza trouxe jumentos de Cabo Verde para a Bahia.

e exportados 15.933.879 quilos de açúcar. Fôra a maior quantidade de açúcar produzida em toda sua trajetória.

O algodão resistia e atravessava todo o período por ser uma cultura independente de financiamento e de equipamentos caros, existia no próprio desejo do pequeno produtor, o que garantia sua persistência como lavoura. Sua produção era comprada em Natal para ser revendidas em Recife, Paraíba ou Ceará.

Na época, o algodão, o açúcar, couros, peles e cera de carnaúba eram produtos de exportação. Havia o dízimo do gado que garantia as mínimas despesas do governo.

a) O Comércio

É difícil se dizer exatamente a data em que a primeira firma comercial se estabeleceu na terra norte-rio-grandense, pelos escassos e imprecisos registros oficiais à disposição dos estudiosos do assunto. Se apelarmos para a memória popular, sabe-se que ela é profundamente dispersa e imprecisa, sobretudo, com relação à data.

Segundo Câmara Cascudo, nos meados do século XIX, em Natal, os principais negociantes eram: "Antônio Bento da Costa, Francisco Inácio Pereira Júnior, Joaquim José de Medeiros, Antônio Marques da Silva, Canuto Ildefonso Emerenciano, Domingos Henrique de Oliveira, comerciante matriculado, grande proprietário de imóveis, Antônio Sátiro do Rigor Pinto, Joaquim Ferreira Nobre, Joaquim Gomes da Silva, Tomás Gomes da Silva, João Telmo de Melo, José Francisco de Souza Praça. Eram revendedores, importadores e exportadores. Os nomes aparecem nos documentos enviados à Assembléia Legislativa, pleiteando favores, sugerindo e protestando".[12]

Afirma Luis da Câmara Cascudo que, desde 1811, os natalenses já lembravam a necessidade de criação de um firma comercial para empreender o intercâmbio dos produtos com as praças vizinhas e com o mercado externo.

Há unidade de opinião entre os historiadores potiguares de que o comércio assumiu seu fluxo maior na segunda metade do século XIX.

Em 1859, o Sr. Fabrício Gomes Pedroza se instalava com uma firma em Natal (Guarapes), destinada a comprar algodão, açúcar etc. e exportá-los para a Inglaterra. Essa empresa contribuiu muito para a economia norte-rio-grandense. Com a morte do seu empresário, em 1872, foram paradas suas atividades.

Com relação às empresas estrangeiras, uma das mais antigas foi a instalada em Natal, pelo suíço Johan Ulrich Graf e seus irmãos nos finais da década de 1860, que compravam algodão, açúcar, pau-brasil, tatajuba e outros produtos. Posteriormente, eles se transferiram para Mossoró, mas deixaram em Natal uma filial, que encerrava suas atividades em 1873.

Na segunda metade do século XIX em diante, o comércio de Mossoró foi fator de desenvolvimento local, levando o progresso à povoação, fazendo-a um pólo forte de exportação e conhecida em todo Brasil. Era, na verdade, um centro que desfrutava de um alto conceito econômico em todo Nordeste brasileiro.

A primeira padaria, instalada em Mossoró, foi em 1845, pelo Sr. Joaquim Nogueira da Costa que veio de Aracati do Ceará. Tornou-se rico proprietário no povoado.[13]

Na criação do município de Mossoró, houve uma lista nominal em janeiro de 1852, figurando os seguintes comerciantes: Manoel Tomás de Nascimento, José Francisco Gomes Guará, Joaquim Nogueira da Costa, Antônio Soares do Couto Júnior, Antônio O. Brauna, Joaquim

Pode-se verificar na tabela 01 que, em 1860, já existiam 1.162 fazendas e 40.333 cabeças de gado, assumindo Martins e o Seridó, respectivamente, 1° e 2° lugar, como criadores e terceiro lugar São José do Mipibu. Sendo também os maiores em número de fazendas.

b) O Sal

O sal sempre foi, tradicionalmente, conhecido pelos moradores da Capitania, Província e Estado, em face de sua abundância natural aos olhos de todos, nas águas litorâneas do norte do Rio Grande. Viu-se em páginas anteriores que Jerônimo de Albuquerque dera aos filhos Antônio e Matias, em agosto de 1605, umas salinas que existiam a quarenta léguas daqui para o lado do Norte.

Já em 1607, havia exportação do sal para o Sul. O imposto de mil réis sobre cada dez alqueires, foi criado por um alvará com força de lei em 24 de novembro de 1802. O primeiro arrematante do imposto do sal foi Álvares do Quental. As salinas de Mossoró, litoral de Areia Branca, Açu e Macau, começaram sua exploração normal a partir de 1802.

O próprio D. João VI não recebendo mais carregamento de sal de Portugal, assinava uma carta régia que determinava o carregamento de sal do Rio Grande do Norte para o Rio de Janeiro, Ilha de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As salinas passaram a produzir mais e aumentaram suas atividades. Com o passar do tempo, já nem sequer se pagava o dízimo, o que motivou a reclamação do governo da Capitania para o Príncipe Regente. Uma provisão, de novembro de 1812, mandava cobrar o dízimo e arrematá-lo, por não ser "imposto real" e sim "uma obrigação de preceito divino". A medida surtiu efeito e em 1814, as salinas já rendiam 112$670 réis.

produção. Em 1866, já subia a safra para 140.000 arrobas. E passou, desde então, a ser uma cultura de área bastante grande e de maior importância econômica da Província. A Guerra da Secessão nos Estados Unidos da América, 1862/65, impediu sua exportação de algodão para a Inglaterra, e o Rio Grande do Norte passou a vender o produto à Inglaterra, o que impulsionou sua maior produção.

Ao lado dessas duas culturas principais, o Rio Grande do Norte contava com outros produtos, como o sal, gado bovino, madeiras etc.

Em fevereiro de 1868, segundo Câmara Cascudo, o Presidente Gustavo Adolfo de Sá, verificando o orçamento de 1865-66, afirmava que a receita havia obtido um superávit de 116:825$494. E alertava: "Cumpre notar-se que esse considerável crescimento da renda não proveio de causa alguma permanente e duradoura, mas só do elevado preço do algodão, o qual incitou os agricultores a plantá-lo em maior quantidade."

e) Queda do preço do algodão

A guerra da Secessão acabara em 1865 e esse cessar fogo traria seus reflexos negativos para a economia do Rio Grande do Norte. Sua receita de 1865-66, que fora de 269:192$429, declinava, rapidamente, no exercício seguinte de 1866-67, para 186:888$755.

Segundo Cascudo, o presidente Henrique Pereira de Lucena, no relatório de outubro de 1872, apresentando o déficit de 142:640$161, indica como causa pelo declínio a "baixa sensível que sofreu no mercado o preço dos nossos gêneros de exportação, e especialmente do algodão, o mais importante deles" e a liquidação da Casa Comercial de Fabrício & Companhia, em Guarapes, acarretando o desvio dos vendedores de

Digitalizado com CamScanner

algodão que procuravam o porto de Guarapes, para Mamanguape na Paraíba, onde o produto não geraria receita para os cofres da Província.[20]

Como foi visto, com o agravamento da situação econômica, a Província, pela primeira vez, utilizou seu crédito, fazendo um empréstimo, no Banco do Brasil de 100.000$ em dezembro de 1871, e depois de dois anos, mais outro de 60.000$, no mesmo banco, em dezembro de 1873. Após três anos, um terceiro empréstimo foi discutido em 1876, mas não fora concretizado, segundo Câmara Cascudo.

Em 4 de fevereiro de 1877, a Presidência oficializava um contrato com o Sr. Amaro Barreto para a instalação de uma fábrica de tecidos, que só passava funcionar depois de onze anos. Era mais uma medida do governo para melhorar a situação da lavoura algodoeira. Segundo o historiador Itamar de Souza, no seu livro "Salesiano 70 Anos", página 52, diz: "É importante ressaltar que Amaro Barreto era, naquela época, o maior comprador e exportador de algodão, açúcar e outros produtos agropecuários produzidos no interior do Estado". É importante de se dizer também que Amaro Barreto era sogro do Sr. Juvino Barreto. E aquele reconhecendo o valor empreendedor deste, "transferiu-lhe a concessão que recebera do governo da Província do Rio Grande do Norte para instalar, em Natal, uma fábrica de tecidos, assim como o terreno que já adquirira para tal empreendimento" como disse o professor Itamar. Esta fábrica foi inaugurada em 21 de julho de 1888, recebendo a bênção, na ocasião, do Padre João Maria, vigário de Natal, conforme o historiador Itamar. Assim, nascia a "Fábrica de Seu Juvino", como disse Itamar.

Em 1877-79, depois da seca, com o recuo da pecuária, houve o movimento de proteção à agricultura, apesar do declínio da malvácea. Apesar da retração do preço, esse produto continuava mantendo-se e espalhando-se pelas terras do interior, onde antes a pecuária predominava.

Digitalizado com CamScanner

Era uma lavoura que dependia muito dos pequenos produtores (meeiros na maioria), sendo sua produção exportada para Paraíba, Ceará e Pernambuco. No Seridó, foi selecionada a variedade "mocó" de fibras longas de grande aceitação no mercado mundial, o que representava um trunfo para a Província.

NOTAS DA PARTE VI

1 - História do Rio Grande do Norte. Fundação José Augusto, 1984, p. 413.

2 - História da Fortaleza da Barra do Rio Grande. 1979, p. 46 a 48.

3 - Op. Cit., Fundação José Augusto, 1984, ps. 416-17. (C. Cascudo).

4 - ID. IBID. p. 418.

5 - ID. IBID. p. 419.

6 - SOUZA, Eloy de. O Calvário das Secas. Coleção Mossoroense, Vol. XXXVIII, 1976, p. 9.

7 - Números estatísticos extraídos do livro: História do Rio Grande do Norte. Fundação José Augusto, 1984, ps. 45-6. C. C.

8 - ID. IBID. p. 46.

9 - 2ª Edição, Livrarias Freitas Bastos S/A, Rio de Janeiro, 1964, p. 210.

10 - ID. IBID. p. 211.

11 - AZEVEDO, Carlos Ferreira de; Nobre, Fernando Viana; e Lima, Geraldo Bezerra. Criação do Jumento Nordestino. 1ª Edição, Natal/RN, 1981, p. 14.

12 - História da Cidade do Natal, 1947, p. 195-96.

13 - CASCUDO, Luis da Câmara. "Os Negociantes". Artigo publicado no trabalho: Indústria e Comércio do Oeste Potiguar – Um pouco de História. Seleção e organização de Raimundo Soares Brito, 1982, p. 13.

14 - ID. IBID. p. 14.

Digitalizado com CamScanner

15 - ID. IBID. p. 17.

16 - História do Rio Grande do Norte, 2ª edição, Fundação José Augusto, Natal, p. 386.

17 - POMBO, Rocha – História do Estado do Rio Grande do Norte – (1822-1922), Editores: Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1921, p. 360.

18 - ID. IBID. p. 361.

19 - ID. IBID. p. 362.

20 - CASCUDO, Luis da Câmara – História do Rio Grande do Norte – 2ª edição, Fundação José Augusto, Natal-RN, 1984, p. 381.

21 - SOUZA, ITAMAR DE – SALESIANO 70 ANOS, História da Educação Potiguar, Natal, dezembro de 2005.

Digitalizado com CamScanner